

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Prefeitura lança livro 'Planejamento Estratégico Manaus 2030'

Veículo: D24AM

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Amazonas

Página: On-line

Link: <http://d24am.com/economia/prefeitura-lanca-livro-planejamento-estrategico-manaus-2030/>

Prefeitura lança livro 'Planejamento Estratégico Manaus 2030'

A publicação compila os trabalhos desenvolvidos sob coordenação das Semad e Semef e apresenta ações estratégicas da administração municipal para tornar Manaus uma cidade global

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br

Manaus – A Prefeitura de Manaus reuniu gestores e membros da comunidade empresarial para o lançamento do livro 'Planejamento Estratégico Manaus 2030'. Comandado pelo prefeito Arthur Virgílio Neto, o encontro aconteceu na noite desta segunda-feira (16), no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Centro.

A publicação compila os trabalhos desenvolvidos sob coordenação das Secretarias Municipais de Administração, Planejamento e Gestão (Semad) e de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno (Semef) e apresenta ações estratégicas da administração municipal para os próximos 12 anos, para tornar Manaus uma cidade global.

"Por que não dar um salto e começar a planejar o futuro? Por que não planejarmos, ainda que modestamente, a cidade para os próximos anos? Isso é uma coisa boa, mas se a gente faz isso dar certo, se a gente faz a nossa parte e os governos que vierem depois fizerem a parte deles, nós vamos poder planejar Manaus até 2050, até 2060, e a cidade vai se qualificar como uma das metrópoles mundiais, eu não tenho nenhuma dúvida disso", disse o prefeito, durante o lançamento do livro.



Lançamento do livro 'Planejamento Estratégico Manaus 2030' ocorreu na noite desta segunda-feira (Foto: Mário Oliveira/Semcom)

Em dois mil dias de gestão, a Prefeitura realizou estudos, pesquisas e workshops para montar um diagnóstico da administração e definir as ações prioritárias para o crescimento da cidade, alinhando as ações planejadas ao orçamento disponível orientado pelos Planos Plurianuais (PPAs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

Segundo o secretário da Semad, Lucas Bandiera, o livro condensa o resultado de um intenso trabalho técnico que contou com a participação de toda a Prefeitura de Manaus. "Seguindo as diretrizes administrativas do prefeito Arthur Neto, cinco workshops envolvendo secretários, subsecretários, Comitê de Gestão Estratégica e Comitê Técnico discutiram e definiram os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades da

administração municipal", explicou.

O trabalho contou com a atuação de mais de duas mil pessoas, sob consultoria do Instituto Águila. Além dos workshops, internamente, foram realizados seminários nas secretarias e, em paralelo, pesquisas com autoridades, servidores, comunidade e observadores sociais, comparando a realidade da Prefeitura, em vários aspectos, com as capitais brasileiras e as principais cidades do mundo.

A partir disso, foram definidos Missão, Visão e Valores da Prefeitura de Manaus, e estabelecidos os Objetivos Estratégicos e as ações para alcançá-los. "Cada secretaria, agora, tem um plano de trabalho alinhado com a visão macro do projeto Manaus 2030 e com as diretrizes orçamentárias para os próximos anos", destacou Bandiera.

Execução

Desde 2017, a Semef vem alinhando o processo de elaboração orçamentária municipal de acordo com as diretrizes do Planejamento Estratégico Manaus 2030. Prova disso, segundo a prefeitura, é a elaboração do último Plano Plurianual (PPA 2018-2021) do município, aprovado pelo legislativo no final do ano passado.

"Foi o primeiro PPA construído dentro das diretrizes do projeto Manaus 2030. É uma construção histórica de todas as secretarias e órgãos da prefeitura. A partir da determinação do prefeito, compilamos neste Plano os programas e as ações da prefeitura que geram despesas e esforço dos servidores e da máquina municipal, todos baseados no planejamento estratégico do município. Não são iniciativas soltas. Todas elas estão integradas e com visão para os próximos 12 anos", destacou o secretário da Semef, Lourival Praia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: De olho no futuro, Arthur Neto assina decreto com planejamento ate 2030

Veículo: Semef

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Caderno: Orçamento

Página: On-line

Link: <http://semef.manaus.am.gov.br/orcamento/de-olho-no-futuro-arthur-neto-assina-decreto-com-planejamento-ate-2030/>

De olho no futuro, Arthur Neto assina decreto com planejamento até 2030

Fazer planos para o futuro de acordo com o orçamento disponível. Esta é a meta da Prefeitura de Manaus, que decretou nesta quinta-feira, 1º, procedimentos integrados para a elaboração do Planejamento Estratégico 2018-2030 e da proposta do Plano Plurianual do Município (PPA), sob a coordenação das Secretarias Municipais de Administração, Planejamento e Gestão (Semad) e Finanças, Controle Interno e Tecnologia da Informação (Semef).

Para o prefeito Arthur Virgílio Neto isso é pensar o futuro de Manaus, além dos quatro anos de mandato, planejando ações mais coesas para mostrar aos organismos financeiros internacionais o quanto é possível crescer e, também, atrair o capital privado para o município.

"A gente quer intervir sobre o futuro dizendo que a cidade merece um enorme cuidado de ser planejada com vistas pelo menos a esse horizonte de 2030. É a introdução da ideia de planejamento a longo prazo que estava há muito tempo afastada da cidade de Manaus", explicou o prefeito.

Essa regulamentação que prevê um trabalho integrado entre o que se quer fazer e quanto se pode gastar, de acordo com a titular da Semad, Luiza Bessa Rebelo, é uma ação inédita da Prefeitura. "O planejamento estratégico vai subsidiar a elaboração das previsões orçamentárias em longo prazo. Enquanto o planejamento será elaborado de 2018 a 2030, prevendo a Manaus dos próximos anos e atuação da Prefeitura com foco no futuro, o PPA vai trabalhando em função desses planejamentos de futuro, visando a um crescimento ordenado e focado para a cidade", detalhou.

O planejamento conta com a participação coletiva de todas as secretarias, sob a coordenação de um comitê, integrado por Semad e Semef, que vai consolidar as ações. "Sem esse processo participativo, todo planejamento tende ao fracasso, por isso contaremos fundamentalmente com a colaboração de cada órgão do município, sob a orientação do Prefeito e do Vice-Prefeito", explicou a secretária.

O decreto prevê a necessidade de estabelecer etapas, metodologias, responsabilidades e prazos a serem seguidos por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, com base na Missão, na Visão de Futuro e nos Valores Institucionais a serem seguidos por todos os Órgãos e Entidades municipais. Para o titular da Semef, Lourival Praia, conseguir fazer um planejamento de médio e longo prazo no Município é um grande avanço na questão orçamentária que vai permitir planejar a Manaus de 2030 otimizando a aplicação dos recursos. "Esse decreto é um marco na história da Prefeitura, porque pela primeira vez vai criar um sistema de gestão estratégica, um modelo de gestão ligado diretamente à gestão financeira e orçamentária da despesa", destacou.

Comitês

O decreto prevê a criação da função dos "agentes setoriais de planejamento", que vão operacionalizar o planejamento em cada órgão da estrutura municipal, e também de duas equipes de trabalho: o Comitê de Gestão Estratégica, que vai avaliar, direcionar e monitorar o processo de Gestão Estratégica do Município, integrado por representantes da Semad, Semef e também do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb) e da área de projetos especiais, a Secretaria Municipal das Parcerias Público-Privadas, Projetos Estratégicos e Concessões (antiga Semex, agora Sepec); e o Comitê Técnico de Planejamento, que vai conduzir a execução e controle do Modelo de Gestão Estratégica do Município, além de apoiar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O objetivo, segundo Praia, é identificar os pontos fortes e fracos da estrutura municipal e construir uma visão de futuro para a Prefeitura de Manaus, de modo totalmente integrado ao viés orçamentário, à real capacidade de gastar.

Com ações integradas desde o início deste ano, Semad e Semef estão trabalhando para a construção e implantação da política de planejamento estratégico na Prefeitura. Além o plano-piloto que vem sendo desenvolvido na Semad, analistas de planejamento vêm sendo capacitados para atuação em suas secretarias, por meio de um programa de formação executado pela Escola de Serviço Público Municipal (Esp), que deve se estender até os primeiros meses de 2018.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Inadimplência vira dilema de 63 milhões

Veículo: A Crítica

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Geral

Página: A9

FINANÇAS

Inadimplência vira dilema de 63 milhões

A inadimplência em todo o país atingiu 63,6 milhões de consumidores - 42% da população adulta brasileira -, ao final do primeiro semestre deste ano, de acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O dado leva em conta brasileiros com o CPF restrito pelo atraso no pagamento de contas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Embraer: contrato de US\$ 1 bi

Veículo: A Crítica

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Geral

Página: A9

Embraer: contrato de US\$ 1 bi

Reprodução/Internet

A Embraer anunciou ontem a assinatura de um contrato para venda de 25 jatos E175 para a norte-americana United Airlines por US\$ 1,1 bilhão. As entregas do modelo de 70 assentos devem começar no primeiro trimestre de 2019. Com esse pedido, a Embraer vendeu mais de 400 jatos E175 para companhias aéreas da América do Norte desde janeiro de 2013. A Embraer é líder neste segmento de jatos.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: FMI revisa para 1,8% crescimento do País

Veículo: A Crítica

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Geral

Página: A9

BRASIL

FMI revisa para 1,8% crescimento do País

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu, de 2,3% para 1,8%, a previsão de crescimento anual para a economia brasileira este ano. A nova projeção consta do relatório Perspectiva Econômica Mundial, divulgado pelo órgão a cada três meses. Para 2019, a previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) foi mantida em 2,5%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Temer antecipa metade do valor do 13º dos aposentados

Veículo: Dez minutos

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Seu Bolso

Página: 8

DECRETO

Temer antecipa metade do valor do 13º dos aposentados

O presidente Michel Temer assinou, ontem, um decreto que antecipa metade do valor do 13º salário dos aposentados para pagamento junto com o benefício de agosto. A medida, de acordo com estimativa do governo, representará uma injeção de R\$ 21 bilhões na economia. A outra parcela do abono anual será paga, em novembro. De acordo com a Presidência, o decreto será publicado na edição de amanhã do Diário Oficial da União. O documento entra em vigor na data de sua publicação. No ano passado, Temer assinou decreto semelhante para que aposentados e pensionistas recebessem a primeira parcela do 13º no final de agosto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Médias empresas já podem ingressar no eSocial do governo federal

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: 12

Médias empresas já podem ingressar no eSocial do governo federal

BANCO DE DADOS

As empresas de porte médio, com faturamento entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 78 milhões, terão de ingressar a partir no eSocial. O prazo começou, ontem. A ferramenta unifica as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empreendedores num banco de dados administrado pelo governo federal.

Micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais (MEI) que empregam até uma pessoa também poderão ingressar no eSocial. A obrigação das empresas de menor porte - com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões - e as MEI inserirem os dados no eSocial só vale a partir em novembro, mas a ferramenta já está disponível para esse público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Antecipada parcela do 13º a aposentados e pensionistas

Veículo: Em Tempo

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: País

Página: 12

Antecipada parcela do 13º a aposentados e pensionistas

Medida do governo deve injetar R\$ 21 bilhões na economia do país e movimentar o comércio e outros setores

Brasília (Agência Brasil) - Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receberão a primeira parte do 13º salário junto com a remuneração de agosto. A primeira parcela do abono anual corresponderá a até 50% do valor do benefício.

O decreto autorizando a antecipação foi assinado ontem (16) pelo presidente Michel Temer, mas ainda não foi publicado no Diário Oficial da União. A medida deve injetar R\$ 21 bilhões na economia do país e movimentar o comércio e outros setores.

Como determina a legislação, não haverá desconto de Imposto de Renda na primeira parcela paga a aposentados e pensionistas do INSS. O imposto sobre o valor somente pode ser cobrado na segunda parcela da gratificação natalina, a ser paga junto com a remuneração de novembro.

Desde 2006, o governo antecipa a primeira parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas na folha de agosto.

Somente em 2015, o pagamento foi adiado para setembro, por causa do ritmo fraco da economia e da queda da arrecadação.

Os aposentados e pensionistas do INSS devem ficar atentos para não caírem em golpes de estelionatários. Esses criminosos sempre usam argumentos como pagamentos de valores

atrasados, revisão de benefício, atualização de cadastro, entre outros, para tentar tirar dinheiro do aposentado.

Um exemplo disso pode estar ocorrendo no interior de São Paulo, em Piracicaba. A Gerência Executiva do INSS naquela cidade tem sido procurada por aposentados e pensionistas que receberam ligações de pessoas dizendo serem servidores do INSS. Nessas ligações, essas pessoas dizem que o aposentado ou pensionista pode ter seu benefício bloqueado por "problema no cadastro" e pedem que eles compareçam à Rua Alferes José Caetano, Centro, para fazerem atualização no cadastro. Nesse local, não funciona nem agência bancária nem unidade do INSS.

Esse tipo de convocação por telefone não é feito pelo INSS. O contato da Previdência com o segurado é realizado por meio

de carta. Os aposentados e pensionista que receberem ligações desse tipo devem desconfiar e, se for o caso, denunciar à polícia e à Ouvidoria do INSS pelo telefone 135. Já o endereço correto do INSS em Piracicaba é Rua 15 de Novembro, 790.

Prova de vida – Os beneficiários da Previdência Social estão sendo convocados para fazerem a prova de vida e renovação de senha. Esse procedimento deve ser feito apenas na agência bancária em que a pessoa recebe o benefício. Se o banco tiver sistema biométrico de identificação, a prova de vida e a renovação de senha podem ser feitas em terminal bancário. Para ser atendido, é preciso apresentar um documento de identificação com foto (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira de habilitação, etc.).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mais devedores com restrições de crédito

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A6

Inadimplência atinge 63,6 milhões de consumidores no semestre

Mais devedores com restrições de crédito

A inadimplência em todo o país atingiu 63,6 milhões de consumidores -42% da população adulta brasileira -, ao final do primeiro semestre deste ano, de acordo com o SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e a CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas). O dado leva em conta brasileiros com o CPF restrito pelo atraso no pagamento de contas.

Em junho, houve crescimento de 4,07% na comparação com o mesmo período do ano passado -o último recuo da inadimplência foi registrado em novembro de 2017 (0,89%). Na comparação entre maio e junho, houve alta de 0,61%, a maior variação positiva desde março deste ano.

Por região, a Sudeste teve crescimento de 9,88% em junho frente ao mesmo período do ano passado. O Nordeste apresentou alta de 4,81% na quantidade de devedores. As variações também foram positivas no Centro-Oeste (2,82%), Sul (2,13%) e Norte (2,02%).

Os Estados do Norte concentram, de forma proporcional, o maior número de brasileiros inadimplentes no país, 5,79 milhões de consumidores, que, juntos, somam 48% da população adulta residente. A segunda região com maior número relativo de devedores é o Nordeste, que conta com 17,61 milhões de negativados, ou 44% da população.

Faixa etária

No comparativo por faixa etária, houve queda da inadimplência entre a população mais jovem, mas o número de atrasos aumentou entre aqueles com idade mais elevada. Na faixa dos 18 aos 24 anos de idade, a queda foi de 23,31%, e na faixa dos 25 aos 29 anos, o recuo foi de 5,28%.

O maior crescimento no atraso de contas foi observado na população idosa (65 aos 84 anos), com alta de 10,76%. Em seguida estão os consumidores de 50 a 64 anos (7,71%), de 40 a 49 anos (5,58%) e de 30 a 39 anos (2,04%).

As dívidas bancárias, como cartão de crédito, cheque especial, financiamentos e empréstimos, foram as que apresentaram a maior alta em junho, com crescimento de 7,62% na comparação com o mesmo mês

de 2017. Em segundo lugar ficaram as contas básicas como água e luz, com alta de 6,69% nos atrasos.

A inadimplência com contas de telefone, internet e TV por assinatura aumentaram 3,57%.

As compras feitas no boleto ou crediário no comércio foi o único segmento a apresentar queda na quantidade de atrasos, com recuo de 9,24% em junho.

Mais da metade das dívidas pendentes de pessoas físicas, 51%, têm como credor algum banco ou instituição financeira. A segunda maior representatividade fica por conta do comércio, que concentra 18% do total de dívidas não pagas, seguido pelo setor de comunicação (14%).

Os débitos com as empresas concessionárias de serviços básicos como água e luz representam 8% das dívidas não pagas no Brasil. Em média, cada inadimplente tem duas dívidas em aberto.

A pesquisa utilizou o banco de dados do SPC Brasil e da CNDL, disponíveis nas capitais e interior de 27 Estados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: FMI reduz para 1,8% previsão de crescimento

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A6

FMI reduz para 1,8% previsão de crescimento

O FMI (Fundo Monetário Internacional) reduziu, de 2,3% para 1,8%, a previsão de crescimento anual para a economia brasileira este ano. A nova projeção consta do relatório Perspectiva Econômica Mundial, divulgado pelo órgão a cada três meses. Para 2019, a previsão de expansão do PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país) foi mantida em 2,5%. No documento, o FMI citou as incertezas políticas e os efeitos prolongados da greve dos caminhoneiros como fatores que contribuíram para a revisão para baixo da estimativa para o PIB brasileiro este ano. Segundo o relatório, o Real depreciou-se mais de 10% este ano por causa do clima político e da recuperação econômica mais fraca que o esperado.

O relatório manteve em 3,9% a previsão de crescimento econômico mundial para este ano, mas reduziu, de 2% para 1,6%, a estimativa de expansão para a América Latina e o Caribe em 2018. Para 2019, a projeção caiu de 2,8% para 2,6%.

Países emergentes

Segundo o relatório, o agravamento das disputas entre os

Estados Unidos e seus principais parceiros comerciais tem impacto em todo o planeta, mas os efeitos variam conforme a vulnerabilidade de cada região. “Mercados emergentes e economias em desenvolvimento experimentaram ventos poderosos nos meses recentes: aumento dos preços do petróleo, juros mais altos nos Estados Unidos, apreciação do dólar, tensões comerciais e conflito geopolítico”, destacou o documento. Em relação à América Latina, o relatório destacou que, além do Brasil, o México sofre com as tensões comerciais, as incertezas nas negociações em torno da Nafta (Área de Livre

Comércio do Atlântico Norte) e as dúvidas em relação à política econômica do novo governo eleito. O FMI manteve a previsão de 2,3% de crescimento do PIB mexicano em 2018, mas reduziu, de 3% para 2,7%, a projeção para 2019. O documento do FMI citou o aperto das condições financeiras e a necessidade de políticas de ajustes como fatores que levaram à revisão para baixo do desempenho da economia argentina. O órgão, no entanto, não divulgou números para o país vizinho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Obras paradas freiam crescimento no Brasil

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 17.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A7

CNI mostra 517 construções de infraestrutura interrompidas no país

Obras paradas freiam crescimento no Brasil

A falta de investimento não é o único motivo para a defasagem na área de infraestrutura do país. Problemas técnicos, abandono pelas empresas e dificuldades orçamentárias do ente público são os principais motivos para que 517 projetos de portos, hidrovias, aeroportos, saneamento e ferrovias estejam parados. O número faz parte de um estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que aponta a área de infraestrutura como responsável por 18% do total de obras paradas no país,

Área de saneamento básico lidera o ranking, com 447 canteiros de obras paradas na fase de execução, segundo a CNI

que chega a 2.796 quando somado todos os setores da economia.

A área de saneamento básico lidera o ranking, com 447 canteiros de obra parados na fase de execução. Na sequência, estão obras de rodovias (30), aeroportos (16), mobilidade urbana (8), portos (6), ferrovias (5) e hidrovias (5). Na opinião do sócio-diretor de Governo e Regulação da KPMG no Brasil, Diogo Mac Cord de Faria, não existe um cálculo definido e quanto custa esse volume de obras interrompidas. “Não basta contar apenas a despesa que

houve, mas também qual seria o benefício ou retorno que esse investimento teria, caso o recurso fosse alocado em uma obra que fizesse sentido”. De acordo com ele, entre os principais motivos para este cenário está a falta de critério por parte do poder público na hora de selecionar os projetos que serão realizados. Além disso, ele ressalta o perigo de se colocar os governos como principal investidor. Para ele, a melhor forma de evitar este tipo de problema é a realização de projetos de modo mais integrado com a iniciativa privada, compartilhando os riscos da obra, desde a concepção do projeto até a concessão do serviço. “Claro que a iniciativa privada visa lucro, mas também pode ter um interesse social. Qual é o custo social de não finalizar uma obra?”, questiona.

Segundo ele, agora, o caminho é analisar quais os projetos inacabados ainda fazem sentido. “É preciso calcular o custo marginal versus o benefício marginal da obra concluída. Também é preciso ter a iniciativa privada nessa avaliação, ainda que seja necessário pensar como ela seria remunerada”, destaca. Assim, ao invés de depender só de grupos de trabalho públicos, a discussão deveria ser feita também com a presença de investidores de infraestrutura. “Precisamos reunir ideias e encontrar alternativas para concluir essas obras”. De acordo com a especialista em infraestrutura da CNI, Ilana Ferreira, os principais motivos para a paralisação são técnicos. Entre eles, ela ressalta a incompatibilidade do calendário político com o da obra. “Parece que o calendário tem mais a ver com

a conclusão”, diz. Nessa pressa do anúncio do projeto, muitos governos falham nos estudos técnicos, o que gera custos, atrasos não previstos e até a paralisação da obra. “O projeto deve ser melhor. Às vezes ele não considera desapropriação ou estudos ambientais. Muitas vezes a complexidade fica fora do projeto e gera problemas financeiros posteriores”, analisa. Nesse sentido, ela comenta que, muito além de reiniciar os projetos parados, é preciso refazer os estudos que foram mal estruturados, para que o custo da retomada da obra seja condizente com a realidade. No caso de obras para educação e saúde, ela ainda cita que um dos entraves é a falta de comunicação entre o município e a secretaria que irá administrar. “Às vezes o projeto fica parado por falta de diálogo”, diz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor da construção e ministro da Fazenda discutem temas alentados durante audiência em São Paulo

Veículo: CBIC Hoje

Data: 16.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Setor da construção e ministro da Fazenda discutem temas alentados durante audiência em São Paulo



Em audiência com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, na manhã de hoje (16/07), em São Paulo, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, e delegação do setor trataram de importantes assuntos para o setor da construção, como: asfalto, Regime Especial de Tributação (RET), crédito e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Além de Martins, também participaram da audiência o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Celso Petrucci; o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, e o presidente do Secovi-SP, Flávio Amary, além do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuk.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Subsidiárias sem dinheiro

Veículo: A Crítica

Data: 15.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Política

Página: A7

ELETOBRAS

Subsidiárias sem dinheiro

As seis subsidiárias que o governo tenta leiloar dependem de recursos de um fundo que só tem orçamento até este mês

SÃO PAULO (REUTERS) - Uma decisão judicial que suspendeu o leilão de privatização de seis distribuidoras da Eletrobras (ELET6.SA) que operam no Norte e Nordeste, agendado para 26 de julho, pode deixar a estatal com um enorme problema, ou até mesmo resultar em aumentos tarifários para todos os consumidores de energia do país, segundo autoridades e um documento visto pela Reuters.

Isso porque a operação dessas deficitárias distribuidoras tem sido bancada por empréstimos emergenciais realizados com recursos de um fundo do setor elétrico, a chamada Reserva Global de Reversão (RGR), que só teve verbas programadas para apoiar as elétricas até julho, quando o governo antes esperava que elas já estivessem sob novos controladores.

O orçamento programado para os empréstimos da RGR à Eletrobras neste ano era de R\$ 907,8 milhões, para até julho, mas se fosse necessário manter as distribuidoras da estatal até dezembro esse valor subiria para 1,57 bilhão de reais, segundo um documento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) visto pela Reuters.

As distribuidoras, que operam no Acre, Alagoas, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí, já receberam um total de 4,4 bilhões de reais em empréstimos da RGR desde que a Eletrobras decidiu não renovar seus contra-

tos de concessão e operá-las em regime precário até a privatização. A regulação definida pelo governo para viabilizar os financiamentos prevê que as dívidas serão quitadas posteriormente, pelo novo dono das empresas.

“Nem a Eletrobras e nem a

RGR têm recurso para alimentar essas distribuidoras. A privatização é a melhor opção e qualquer alternativa é muito pior para o consumidor, governo, sociedade, Eletrobras... porque todo mundo vai pagar a conta”, disse à Reuters um dos diretores da Agência Na-

cional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros.

“Só tem recursos da RGR até julho, e tem que ver se surgem novas alternativas, ou se as empresas têm outra forma de se financiar”, adicionou.

Mesmo que o leilão aconteces-

se na data prevista, em julho, já poderia haver certa falta de caixa para bancar as empresas, uma vez que a transferência do controle das companhias é um processo burocrático que pode levar alguns meses, explicou à Reuters uma fonte do setor elétrico com

Sem dinheiro

Uma das alternativas para resolver a situação da Eletrobras seria elevar um encargo cobrado nas tarifas de energia, o que abasteceria a RGR com recursos adicionais. A partir de agosto haverá necessidade de suplementação.

conhecimento do assunto.

• Assim, se o leilão acabar postergado por conta das liminares, o déficit irá crescer e será preciso encontrar alguma nova fonte de receita, uma vez que outros fundos abastecidos por recursos do setor elétrico já têm o orçamento todo comprometido ou mesmo previsão de déficit para o ano, ainda de acordo com a segunda fonte ouvida pela Reuters.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Verbas para rodovias e portos no Amazonas

Veículo: A Crítica

Data: 14.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Tema do Dia

Página: A3

Verbas para rodovias e portos no Amazonas

Bancada do Amazonas na Câmara e no Senado garantiu recursos para a BR-319, além de portos e aeroportos no interior

ANTÔNIO PAULO

antoniopaulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - Na despedida dos trabalhos legislativos do primeiro semestre, o plenário do Congresso Nacional aprovou na madrugada da última quinta-feira (12), o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. Sem essa aprovação, deputados federais e senadores não poderiam sair de recesso de acordo com a Constituição Federal. Entre as metas e prioridades previstas no PLN nº 2/2018, apresentadas pelo governo federal, a bancada do Amazonas na Câmara e no Senado conseguiu introduzir emendas com projetos que beneficiam o Estado.

Os destaques são para obras na BR-319, que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO; construção de trecho rodoviário na BR-317/BR-230, entre Humaitá e Lábrea; construção e manutenção de 44 portos no interior do estado; construção, reforma e reaparelhamento de 25 aeroportos regionais e ainda recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para a continuidade das obras de construção e recuperação dos aeroportos na região amazônica sob a responsabilidade da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara).

Também foram aprovadas emendas da bancada amazonense para apoiar a infraestrutura urbana no Amazonas e projetos de promoção e desenvolvimento econômico regional da Amazônia Ocidental. O texto da LDO aprovado vai à sanção presidencial.

O deputado Alfredo Nascimento (PR-AM) conseguiu aprovar uma emenda individual à LDO que prevê a manutenção de 6.395 quilômetros de hidrovias no estado e ainda a operação de 44 terminais hidroviários. Na justificativa, o parlamentar diz que os portos no interior do Amazonas necessitam de melhorias em sua infraestrutura devido à falta de condições financeiras de manutenção.

“Muitos desses terminais precisam se adequar com equipamentos e reformas em suas estruturas trazendo melhorais

aos cidadãos amazonenses”, argumenta Alfredo.

Outra emenda do deputado foi para a construção, reforma e reaparelhamento de 25 aeroportos e aeródromos no interior. Segundo Alfredo Nascimento, os aeroportos do Amazonas necessitam com urgência de reformas e aparelhamentos tendo em vista a precariedade que todos em enfrentam sem infraestrutura adequada para atender as demandas diárias que todos tem devido ao turismo, comércio e cargas.

PONTE NO SOLIMÕES

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) incluiu na LDO a construção de ponte no trecho rodoviário na BR-319 entre o

Amazonas e divisa com o estado de Rondônia. A nova ponte vai conectar a BR-319 à Rodovia AM-070 através do Rio Solimões (entre os municípios de Iranduba e Manaquiri), ligar o Norte ao Sul, a Venezuela ao Uruguai e o oceano Pacífico ao Atlântico. “Ela trará benefícios econômicos, sociais e políticos ao Estado e toda sua população, bem como, o desenvolvimento sustentável para a região, por meio do turismo”, justifica a senadora.

Além da obra na BR-319, o quadro de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias traz ainda a construção do trecho rodoviário da BR 317 e BR-230 entre os municípios de Humaitá e Lábrea.

Mais notícias

Jornal Opção

[Goiás é líder em cotas imobiliárias. Conheça os benefícios das multi propriedades](#)

Hora Extra

[A renegociação dos seus financiamentos pode ser uma boa](#)

CBIC Hoje

[Ministério das cidades lança estudo sobre demanda futura por moradias](#)

Folha de S. Paulo

[Corte de vagas de trabalho cresce 600% nos sindicatos após fim de imposto](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)